

# PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

Alexandre José da Silva <sup>1</sup>  
Edmundo Alves de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo realizado sobre a privatização da educação pública no Brasil analisa o impacto das políticas e programas que promovem a transferência da gestão educacional para o setor privado, com foco nas implicações desse processo para o ensino básico. A pesquisa utiliza como base teórica autores como Peroni (2015/2018), Caetano (2016), Frigoto (2006); Freitas (2012), Marx e Engels (2011), entre outros, para compreender o contexto neoliberal que molda essas políticas. Essas reformas, intensificadas a partir das décadas de 1990 e 2000, buscam reduzir o papel do Estado na provisão de serviços públicos, delegando a gestão educacional a entidades privadas, o que transforma a educação em uma mercadoria. No ensino básico, programas como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e iniciativas privadas como as do Unibanco têm papel central na legitimação desse processo, que tem resultado em uma precarização crescente da educação pública, agora subordinada aos interesses mercadológicos. Essa transferência da gestão indica que o Estado busca se isentar da responsabilidade direta pela educação, entregando-a a organizações privadas com interesses lucrativos, e não ao compromisso com uma educação de qualidade. A privatização da escola se manifestou em várias facetas, por meio de serviços como a formação de professores, com a construção do currículo escolar público sendo realizada por empresas do setor educacional (Ball; Youdell, 2008). O estudo conclui que essas políticas de privatização, impulsionadas por grupos educacionais privados, são extremamente relevantes (Krawczyk, 2008; Silva, 2012) e estão diretamente ligadas à precarização da educação pública e ao distanciamento de uma educação democrática e inclusiva, favorecendo interesses corporativos e enfraquecendo o papel social da educação pública no Brasil.

**Palavras-chave:** Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

## INTRODUÇÃO

O direito humano à educação, consagrado como uma conquista universal, enfrenta desafios significativos diante das políticas de privatização. No Brasil, essas políticas têm reconfigurado o papel do Estado como garantidor de uma educação pública de qualidade, substituindo-o por uma lógica de mercado que trata a educação como uma mercadoria. Este artigo examina o impacto dessas mudanças e os atores envolvidos, buscando entender como a privatização da educação pública brasileira afeta diretamente o ensino

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de **XXXXXX** da Universidade Federal - UF, [autorprincipal@email.com](mailto:autorprincipal@email.com);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de **XXXXXX** da Universidade Federal - UF, [coautor1@email.com](mailto:coautor1@email.com);

básico e questionando as implicações dessa transformação para a cidadania e a igualdade social.

A privatização da educação no Brasil intensificou-se a partir das décadas de 1990 e 2000, com reformas influenciadas pelo ideário neoliberal que prioriza a eficiência do setor privado em detrimento da gestão pública. Esse contexto, analisado por autores como Peroni (2015, 2018), Caetano (2016), Frigoto (2006) e Freitas (2012), ressalta a crescente delegação de funções educacionais a empresas privadas e organizações não governamentais, o que resulta em um distanciamento progressivo do Estado em relação ao compromisso direto com a educação básica. Esse movimento é impulsionado por iniciativas privadas, como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e programas patrocinados por grupos corporativos como o Instituto Unibanco, que legitimam e viabilizam essa agenda de mercantilização educacional.

Essa mercantilização afeta diversos aspectos da educação pública, desde a formação de professores até a estrutura curricular, áreas nas quais empresas privadas têm exercido um controle crescente, muitas vezes com o objetivo de adequar o ensino às demandas do mercado e aos interesses empresariais. A análise da influência dessas políticas revela um quadro de precarização do ensino público, caracterizado por uma estrutura educacional cada vez mais subordinada às regras e lógicas do setor privado, conforme argumentam Ball e Youdell (2008). Esses autores enfatizam que a privatização não se manifesta apenas na gestão, mas também nas práticas pedagógicas e nos valores que orientam o sistema educacional, impactando negativamente a qualidade da formação cidadã e o papel social da escola pública.

Ao explorar essa questão, recorreremos também ao pensamento crítico de Marx e Engels (2011), que permite compreender a subordinação dos direitos sociais aos interesses econômicos. Para Krawczyk (2008) e Silva (2012), a privatização e a inserção de interesses corporativos no ambiente escolar são fatores decisivos na consolidação de uma educação excludente, onde os valores democráticos e inclusivos se tornam secundários frente à lógica de lucro e eficiência. Neste contexto, cabe questionar: até que ponto o Brasil mantém o compromisso com o direito humano à educação, quando a sua gestão é cada vez mais entregue a entidades privadas, cujos objetivos nem sempre coincidem com o bem-estar coletivo?

Portanto, este artigo busca fomentar a reflexão crítica sobre o impacto dessas políticas na formação de uma cidadania consciente e ativa, na promoção da igualdade social e na construção de uma educação pública que, em vez de se afastar de seus

princípios fundamentais, responda efetivamente às necessidades de todos. Ao analisar as bases teóricas e as evidências empíricas sobre a privatização, este estudo espera contribuir para o debate sobre o futuro da educação pública no Brasil e seus desafios no século XXI.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e se apoia em uma metodologia que combina revisão bibliográfica e análise documental para investigar criticamente os efeitos das políticas de privatização na educação pública brasileira e suas consequências para o direito humano à educação. Nossa análise considera o contexto neoliberal, que desde as décadas de 1990 e 2000 impulsiona a transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado, transformando a educação de um direito social em um produto sujeito a interesses de mercado.

A revisão bibliográfica constitui a primeira etapa da pesquisa e foca em autores de referência na discussão sobre neoliberalismo e educação, como Peroni (2015, 2018), Caetano (2016), Frigoto (2006) e Freitas (2012), cujas contribuições teóricas fundamentam o entendimento sobre a mercantilização do ensino público. Além disso, para ampliar a análise crítica, recorremos a autores clássicos como Marx e Engels (2011), que ajudam a desvendar como as políticas educacionais contemporâneas atendem a interesses econômicos privados em detrimento dos direitos sociais. Esse levantamento bibliográfico visa contextualizar e aprofundar o conhecimento sobre o impacto dessas políticas neoliberais, esclarecendo os fatores que comprometem a qualidade e a função social da educação pública no Brasil.

Em paralelo, realizamos uma análise documental que abrange legislações, diretrizes educacionais e programas específicos que envolvem a atuação de organizações privadas na gestão da educação pública, como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e o Instituto Unibanco. Para garantir a relevância e a atualidade dos dados, selecionamos documentos recentes e de alto impacto na estrutura e gestão do ensino público, com foco em como essas políticas privatizantes alteram a dinâmica educacional, desde a formação de professores até o desenvolvimento curricular. Essa etapa permite evidenciar o papel desempenhado por entidades privadas, destacando como elas moldam a educação pública a partir de interesses mercadológicos.

A análise dos dados é feita por meio da análise de conteúdo, uma técnica que permite interpretar e organizar as informações extraídas tanto da revisão bibliográfica quanto dos

documentos oficiais, agrupando-as em categorias temáticas. Dessa forma, é possível identificar e estruturar os principais eixos de discussão, como a precarização do ensino público, a mercantilização da educação e a erosão de valores democráticos e inclusivos na educação. Com essa abordagem, buscamos oferecer uma compreensão crítica e detalhada de como as políticas de privatização afetam diretamente o direito humano à educação, apresentando a educação não mais como um direito universal, mas como um serviço sujeito às regras do mercado.

Em suma, o uso combinado da revisão bibliográfica e da análise documental permite uma análise robusta das implicações da privatização na educação pública brasileira, destacando as contradições entre os princípios democráticos de igualdade e inclusão e a lógica de mercado que permeia as políticas educacionais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste estudo baseia-se em uma análise crítica das políticas neoliberais que promovem a privatização da educação pública no Brasil, considerando a transformação da educação de um direito social universal em um serviço regido pela lógica de mercado. Fundamentamos nossa pesquisa em autores e teorias que discutem o neoliberalismo, as políticas educacionais e os impactos das reformas de privatização, buscando situar essas práticas no contexto brasileiro e avaliar como elas afetam o direito humano à educação.

O neoliberalismo, enquanto matriz ideológica, caracteriza-se pela defesa da desregulamentação e pela transferência de serviços públicos para a iniciativa privada, a fim de promover eficiência e reduzir o papel do Estado na provisão de direitos sociais (Harvey, 2005). No campo educacional, essa lógica de mercado desafia a função social da educação, tratando-a como um bem econômico em vez de um direito humano, o que impacta diretamente sua universalidade e acessibilidade (Ball; Youdell, 2008). A abordagem neoliberal, conforme discute Peroni (2015, 2018), redefine o papel do Estado, que passa a assumir uma posição de regulador do mercado educacional, enquanto organizações privadas se tornam os novos gestores da educação pública. Essa transformação evidencia um enfraquecimento da função do Estado como garantidor de direitos e a transferência de sua responsabilidade para entidades com interesses lucrativos.

A privatização da educação pública brasileira, especialmente no ensino básico, está alinhada a essas diretrizes neoliberais e intensifica-se a partir das décadas de 1990 e 2000, com programas e políticas que reduzem a intervenção estatal direta (Peroni, 2015). Iniciativas como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e as ações patrocinadas por grupos empresariais, como o Instituto Unibanco, são exemplos de como o setor privado influencia diretamente a gestão e os valores que norteiam a educação pública. Frigoto (2006) observa que essas políticas transferem para as organizações privadas a responsabilidade de organizar e implementar programas educacionais, o que resulta na criação de uma educação subordinada a interesses de mercado e marcada pela precarização dos recursos e condições de ensino.

A mercantilização da educação, conforme abordado por Freitas (2012), altera o propósito original da educação pública ao priorizar práticas e currículos que visam adaptar os estudantes às exigências do mercado, em detrimento do desenvolvimento pleno e da formação cidadã. Nesse contexto, Marx e Engels (2011) oferecem uma perspectiva crítica sobre a subordinação dos direitos sociais aos interesses econômicos, ajudando a compreender como a privatização educacional enfraquece o compromisso com uma educação inclusiva e democrática. Esse deslocamento dos valores educacionais afeta não só o conteúdo e a qualidade do ensino, mas também o acesso equitativo ao aprendizado, uma vez que a lógica de mercado tende a privilegiar a lucratividade sobre a universalidade e a igualdade de oportunidades (Silva, 2012).

A análise de Ball e Youdell (2008) sobre a privatização "oculta" na educação pública, que se manifesta na gestão e no currículo escolar, é essencial para entender a complexidade desse processo no Brasil. Esses autores explicam que a privatização não ocorre apenas pela venda de escolas públicas ou pela terceirização de serviços, mas também pela influência do setor privado nas políticas e práticas educacionais. Esse tipo de privatização sutil transforma o sistema educacional de forma progressiva e promove uma cultura de competitividade e produtividade que nem sempre se alinha aos princípios de uma educação democrática.

A crítica de Krawczyk (2008) à privatização educacional aponta que essas reformas estão intrinsecamente ligadas à precarização da educação pública. Com a substituição do compromisso social pelo interesse econômico, perde-se o enfoque na formação integral e no desenvolvimento de uma cidadania consciente, que são características fundamentais de uma educação pública de qualidade. A lógica de mercado

imposta ao sistema educativo transforma a escola em uma instituição orientada para o consumo, o que limita as possibilidades de uma educação crítica e emancipadora.

Portanto, o referencial teórico deste estudo articula-se em torno de três eixos principais: (1) o contexto neoliberal e sua influência sobre as políticas de privatização, (2) a mercantilização da educação e seus impactos na gestão e qualidade do ensino público, e (3) a precarização do direito à educação e a restrição da função social da escola pública. Ao explorar esses aspectos, buscamos oferecer uma compreensão aprofundada sobre como a privatização, guiada por uma lógica neoliberal, afeta diretamente o direito humano à educação no Brasil, transformando-o em um privilégio subordinado aos interesses de mercado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados e discussões deste estudo revelam nuances profundas e desafiadoras nas políticas de privatização da educação pública no Brasil, destacando como a inserção de práticas neoliberais modifica o entendimento e a prática do direito humano à educação. A análise detalhada da literatura teórica e dos documentos de políticas públicas indica que tais reformas, ao delegarem ao setor privado a responsabilidade pela gestão e desenvolvimento educacional, acabam por comprometer princípios essenciais de universalidade e qualidade na educação pública, priorizando interesses mercadológicos que se distanciam do compromisso social da escola pública.

Em primeiro lugar, a transferência de responsabilidades educacionais para o setor privado, mediante parcerias público-privadas (PPP) e iniciativas de organizações do terceiro setor, é frequentemente promovida como uma solução eficiente. No entanto, autores como Peroni (2015) e Freitas (2012) expõem de forma crítica como essas políticas tendem a reduzir a educação pública a uma mercadoria, subordinando o processo educativo a interesses econômicos e empresariais, o que fere a ideia de educação como um direito e não como um produto. Sob esse prisma, o objetivo de maximização de lucros, típico do setor privado, revela-se antagônico à formação integral e inclusiva preconizada pela educação pública.

Outro aspecto relevante é a introdução de programas e iniciativas, como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e os projetos do Instituto Unibanco, que incorporam princípios empresariais ao ambiente escolar por meio de indicadores de desempenho e metas. Embora promovidos como soluções para a melhoria da eficiência

escolar, esses programas muitas vezes colocam a educação a serviço de metas produtivistas, como demonstrado por Silva (2012). Nesse contexto, a pressão por resultados mensuráveis e de curto prazo compromete abordagens pedagógicas críticas, especialmente em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, aprofundando um ciclo de precarização e desigualdade.

Além disso, a interferência do setor privado na construção do currículo escolar e na formação de professores é um fator que impacta significativamente a qualidade e a autonomia do processo educativo. De acordo com Ball e Youdell (2008), o controle curricular exercido por empresas e entidades privadas tem como resultado um currículo frequentemente ajustado aos interesses de mercado, limitando a capacidade das escolas de proporcionar uma formação crítica e cidadã. A formação docente, por sua vez, é redesenhada para atender às demandas de eficiência e produtividade, o que reduz a autonomia dos educadores e subtrai o papel social e emancipador da educação, como argumentado por Frigoto (2006).

As consequências dessas práticas vão além da reestruturação interna do sistema educacional, criando uma dinâmica de exclusão social que tende a fortalecer as disparidades já existentes. Instituições privadas, muitas vezes, adotam critérios de seleção que desestimulam ou até impedem a inclusão de alunos de baixa renda, contribuindo para a criação de um sistema educacional segmentado, no qual o acesso e a qualidade variam conforme a capacidade de pagamento das famílias, como aponta Harvey (2005). Tal segmentação intensifica as desigualdades e impede que a escola pública cumpra seu papel essencial de promover a coesão social e a equidade.

Em meio a essas constatações, o debate sobre a privatização da educação pública no Brasil se torna urgente, dado que a privatização desregulada representa uma ameaça direta à qualidade e acessibilidade da educação. Como reforçado por Krawczyk (2008), a falta de uma regulamentação que garanta equidade e inclusão no processo educativo leva a uma profunda desconexão entre as políticas educacionais e o compromisso do Estado com a justiça social. Assim, uma política educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento humano e a justiça social exige um reposicionamento do Estado, que deve assumir e proteger a educação pública como um direito e não como um bem de mercado.

Esse cenário evidenciado pelos resultados deste estudo reforça que a privatização não é apenas uma questão administrativa ou financeira; é uma reconfiguração do papel da escola pública e de seu compromisso com a formação integral dos indivíduos. Ao

explorar as implicações dessas políticas, observamos que a privatização, sem uma regulação cuidadosa, compromete profundamente o acesso equitativo à educação e distancia a escola pública de sua missão social. Ao final, a privatização educacional, sem salvaguardas inclusivas e justas, se coloca como um desafio crítico ao direito universal de acesso a uma educação de qualidade para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados e discussões deste estudo revelam nuances profundas e desafiadoras nas políticas de privatização da educação pública no Brasil, destacando como a inserção de práticas neoliberais modifica o entendimento e a prática do direito humano à educação. A análise detalhada da literatura teórica e dos documentos de políticas públicas indica que tais reformas, ao delegarem ao setor privado a responsabilidade pela gestão e desenvolvimento educacional, acabam por comprometer princípios essenciais de universalidade e qualidade na educação pública, priorizando interesses mercadológicos que se distanciam do compromisso social da escola pública.

Em primeiro lugar, a transferência de responsabilidades educacionais para o setor privado, mediante parcerias público-privadas (PPP) e iniciativas de organizações do terceiro setor, é frequentemente promovida como uma solução eficiente. No entanto, autores como Peroni (2015) e Freitas (2012) expõem de forma crítica como essas políticas tendem a reduzir a educação pública a uma mercadoria, subordinando o processo educativo a interesses econômicos e empresariais, o que fere a ideia de educação como um direito e não como um produto. Sob esse prisma, o objetivo de maximização de lucros, típico do setor privado, revela-se antagônico à formação integral e inclusiva preconizada pela educação pública.

Outro aspecto relevante é a introdução de programas e iniciativas, como o Movimento Todos pela Educação (MTE) e os projetos do Instituto Unibanco, que incorporam princípios empresariais ao ambiente escolar por meio de indicadores de desempenho e metas. Embora promovidos como soluções para a melhoria da eficiência escolar, esses programas muitas vezes colocam a educação a serviço de metas produtivistas, como demonstrado por Silva (2012). Nesse contexto, a pressão por resultados mensuráveis e de curto prazo compromete abordagens pedagógicas críticas, especialmente em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, aprofundando um ciclo de precarização e desigualdade.



Além disso, a interferência do setor privado na construção do currículo escolar e na formação de professores é um fator que impacta significativamente a qualidade e a autonomia do processo educativo. De acordo com Ball e Youdell (2008), o controle curricular exercido por empresas e entidades privadas tem como resultado um currículo frequentemente ajustado aos interesses de mercado, limitando a capacidade das escolas de proporcionar uma formação crítica e cidadã. A formação docente, por sua vez, é redesenhada para atender às demandas de eficiência e produtividade, o que reduz a autonomia dos educadores e subtrai o papel social e emancipador da educação, como argumentado por Frigoto (2006).

As consequências dessas práticas vão além da reestruturação interna do sistema educacional, criando uma dinâmica de exclusão social que tende a fortalecer as disparidades já existentes. Instituições privadas, muitas vezes, adotam critérios de seleção que desestimulam ou até impedem a inclusão de alunos de baixa renda, contribuindo para a criação de um sistema educacional segmentado, no qual o acesso e a qualidade variam conforme a capacidade de pagamento das famílias, como aponta Harvey (2005). Tal segmentação intensifica as desigualdades e impede que a escola pública cumpra seu papel essencial de promover a coesão social e a equidade.

Em meio a essas constatações, o debate sobre a privatização da educação pública no Brasil se torna urgente, dado que a privatização desregulada representa uma ameaça direta à qualidade e acessibilidade da educação. Como reforçado por Krawczyk (2008), a falta de uma regulamentação que garanta equidade e inclusão no processo educativo leva a uma profunda desconexão entre as políticas educacionais e o compromisso do Estado com a justiça social. Assim, uma política educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento humano e a justiça social exige um reposicionamento do Estado, que deve assumir e proteger a educação pública como um direito e não como um bem de mercado.

Esse cenário evidenciado pelos resultados deste estudo reforça que a privatização não é apenas uma questão administrativa ou financeira; é uma reconfiguração do papel da escola pública e de seu compromisso com a formação integral dos indivíduos. Ao explorar as implicações dessas políticas, observamos que a privatização, sem uma regulação cuidadosa, compromete profundamente o acesso equitativo à educação e distancia a escola pública de sua missão social. Ao final, a privatização educacional, sem

salvaguardas inclusivas e justas, se coloca como um desafio crítico ao direito universal de acesso a uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

ABRIL EDUCAÇÃO. Dados societários. Disponível em: <http://ri.abrileducacao.com.br/ptbr/companhia/Paginas/mercado.aspx> . Acesso em: 28 fev. 2024.

» <http://ri.abrileducacao.com.br/ptbr/companhia/Paginas/mercado.aspx>

ADRIÃO, T. et al. **Sistemas de ensino privado na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para direito à educação.** 2015. 113 p. Disponível em: Disponível em: <http://www.campanaderechoeducacion.org/privatizacion/wp-apyus/wp-content/uploads/2016/01/Peri-Sistemas-de-Ensino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

» <http://www.campanaderechoeducacion.org/privatizacion/wp-apyus/wp-content/uploads/2016/01/Peri-Sistemas-de-Ensino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf>

Adrião, Theresa e Pinto, José Marcelino de Rezende Privatização da educação na américa latina: estratégias recentes em destaque. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 p. 11-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

ADRIÃO, T. M. de F. *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 p. 113-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. A gestão da educação básica nos municípios paulistas: o processo de privatização e a terceirização da oferta. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 919-942, 2005.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais *In: Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod\\_resource/content/1/Teresa%20Adriao\\_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf) . Acesso em : 17 jun 2024.

AGOSTINHO, S.C.S.B.S. **A Atuação do Professor Coordenador Pedagógico de Área do Conhecimento e seus Desdobramentos no Programa de Ensino Integral da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo.** 2017. 129f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr. 2022.

ANDRADE, M. C. P. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** 2020, 361p. Dissertação. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

ANTONIOLI, M.H.M. **A utilização das tecnologias de informação e comunicação na gestão escolar: plataformas digitais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP).** 2017. 106f. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr. 2022.

APPLE, M. W. **Educating the "Right" Way: Markets, Standards, God, and Inequality.** New York: Routledge, 2001.

ARAÚJO, G. C. de; NASCIMENTO, R. P. do. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36 [Acessado 15 Julho 2022] , e77534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77534>. Epub 21 Dez 2020. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77534>. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education.** London : Institute of Education, University of London, 2008.

BARBOSA, L. M. R. Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 15 Julho 2022] , pp. 153-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

BORGHI, R. F. ; Bertagna, Regiane Helena **Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. 2016, v. 97, n. 247 [Acessado 15 Julho 2022] , pp. 506-518. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/278133671>>. ISSN 2176-6681. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/278133671>. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

BRASIL. (Constituição). (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10/06/2024.

BRASIL. (Lei das diretrizes básicas da educação). (1996). **Lei No 9.394**, de 20 de dezembro de 19961, Brasília, DF. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em: 10 jun.2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998). **Informe estatístico da educação básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil.** Brasília: MEC / INEP / SEEC.

CAETANO, M. R. ; MENDES, V. da R. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília, DF. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CÁSSIO, F. et al. Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

CECCON, M. L. L.; DRABACH, N. P. as instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 mar 2024.

COSTA, H. B. **Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019**. 2020. 71f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134 , p. 17-33. Disponível em: <https://www.scielo.br/>Acesso em: 15 jul 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - UNICEF – 10 DEZ 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 10/06/2024.

DEPIERI, A. A. L. **Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022. e231107.

DOMICIANO, C. Nova gestão pública e programa ‘nave-mãe’: caminhos comuns à privatização. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

DOMICIANO, C.; ADRIÃO, T. Privatização da e na educação infantil: perspectivas em diálogo. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 16 jan 2024.

**DOSIÊ, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO**. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Acesso em: 22 out. 2024.

EDITORES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE **PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO: AMEAÇAS RENOVADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA**. Educação & Sociedade [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acessado 15 Julho 2022], pp. 01-07. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016v37n134ED>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016v37n134ED>. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2024.

FERNANDES, K. L.; LAGARES, R. **Projeto societário e educação: a gestão educacional na primeira década do século XXI**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4., CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7., 2014, Porto. [Anais...] Porto: IPP, 2014. p.1-13. Disponível em: <[http://anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/G](http://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/G)>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, P. A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KLEES, S. J. ; EDWARDS, D. B. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2015, v. 20, n. 60 , p. 11-30.

Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 20 agosto 2023.

KRAWCZYK, N. R. S. Privatização da educação no Brasil: um balanço crítico das políticas públicas e seus resultados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 5-24, 2008.

LIMA, L.C.V. S. Uma pedagogia contra o outro? Competitividade e emulação. **Educação & Sociedade** [online]. 2019, v. 40. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

LOPES, N. M., ADRIÃO, T. ; RAMOS, G.C. Atuação dos governos dos estados de Alagoas e Maranhão no financiamento da educação infantil. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 25 fev 2024.

MACEDO, E.; ARAÚJO, H. C. Tirando o máximo partido da educação privada: construção de laços e significados em uma escola de elite em Portugal. **Educação e Pesquisa** [online]. 2020, v. 46.. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 18 fev 2024.

MANCIBO, D.; VALE, A. A. do e MARTINS, T. B. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2015, v. 20, n. 60 , p. 31-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 18 fev 2024.

MONTANO, M. R. **A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil**

**(MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre.** Porto Alegre, 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

MONAHAN, T. **Globalization, Technological Change, and Public Education.** New York: Routledge, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 22 out. 2024.

PERONI, V.M.V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

PERONI, V.M.V. ; CAETANO, M. R. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação & Realidade** [online]. 2016, v. 41, n. 2 [Acessado 15 Julho 2022] , pp. 407-428. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623653910>. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623653910>. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

PERONI, V.M.V. ; OLIVEIRA, C. M. B. de. o curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no brasil. **Educação & Sociedade** [online]. 2016, v. 37, n. 134, p. 133-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

PRUNIER, S. S. **A parceria público-privada na educação infantil em Porto Alegre:** suas implicações para o trabalho docente. Porto Alegre, 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 13 jul. 2022.

SALANDIN, A. **A percepção dos integrantes da comunidade escolar com relação a participação dos alunos na gestão da Cooperativa-Escola.** 2020. 153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP, 2020. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr., 2022.

SANTOS, A. V. dos; CHAVES, V. L. J. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2017.

SANTOS, S. C. M. dos. Políticas de privatização da educação básica no Brasil: alguns apontamentos. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: [http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA\\_EM\\_FOCO](http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO). Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS NETTA, M.G. **Gestão democrática, participativa e dialógica na EJA e os desafios do ambiente escolar**: Contribuições para as aprendizagens máximas. 2021. 85fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processo de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara- UNIARA, 2021. Disponível em <https://www.uniara.com.br> Acesso em: 13 abr., 2022.

SELWYN, N. **Education and Technology: key issues and debates**. London: Continuum, 2011.

SILVA, M. V. A privatização da educação secundária na Inglaterra por meio das Sponsored Academies e das Multi-Academy Trusts. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 27 mar 2024.

SILVA, L. C. Educação infantil no Brasil: políticas de privatização e a agenda do Banco Mundial. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 433-452, 2012.

SILVA, R. da ; OLIVEIRA, J. Privatização da educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41 Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 09 ago 2024.

SOBRINHO, I. P. da S. Filosofia da Educação: uma abordagem sobre fundamentos da Educação Progressista no Brasil. **Estação Científica** - Juiz de Fora, n.13, janeiro–junho / 2015.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ. (Original publicado em 1936). 1997.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1956.

RIPODI, Z. F. ; SOUSA, S. Z. Do governo à governança: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2018, v. 48, n. 167, p. 228-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 07 jul 2024.

VERGER, Antoni; FONTDEVILA, Clara; ZANCAJO, Adrián. **The privatization of education: a political economy of global education reform**. New York: Teachers College Press, 2016.

VILARINHO, E. Articulações entre o público e o privado na educação de infância em Portugal. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36, Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 jul 2022.

WEISSBERG, R. P., Goren, P., Domitrovich, C., & Dusenbury, L. (2013). **CASEL guide effective social and emotional learning programs: Preschool and elementary school edition**. Chicago, IL: CASEL, 2013.

**IMPORTANTE:**

**Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.**

**Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.**